



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte
e Nordeste de Estudos e Pesquisas
sobre Mulher e Relações de Gênero

AS INTERFACES DO CURRÍCULO DO CURSO DE LETRAS VERNÁCULAS DO CAMPUS II FRENTE AOS ESTUDOS CULTURAIS: UMA ANÁLISE NA PERSPECTIVA INTERCULTURAL

Autora (Edilsa Mota Santos Bastos¹); Co-autora (Maria de Fátima Berenice da Cruz¹);

(*Universidade do Estado da Bahia*: edilsamota@hotmail.com¹; *Universidade do Estado da Bahia*:
fatimaberenice@terra.com.br¹)

Resumo: A primeira proposta de currículo mínimo para os cursos de Letras foi aprovada em 1962, substituindo o denso currículo antigo que abrangia conjuntos de línguas e o grupo das Línguas Neolatinas. O novo currículo previa a modalidade de licenciatura dupla, além do oferecimento de matérias pedagógicas. Em 2001 são aprovadas as Diretrizes para o curso de Letras, determinando estruturas flexíveis para a composição do currículo. O professor passa a ter duplo papel, além de se responsabilizar pelos conteúdos, tenha a função de orientador, influenciando na qualidade da formação do aluno. Em 2002 a Resolução Nº 01 de 18/02 faz novos reajustes às Diretrizes, bem como: o preparo para o uso de novas tecnologias para o fazer pedagógico; aprendizagem orientada pela ação-reflexão-ação; a pesquisa, com foco no processo de ensino e de aprendizagem; previsão de eixo articulador da formação; incentivo a flexibilidade e estágio curricular articulado com o restante do curso com base no currículo atual, a saber: a) as condições estruturais de oferta prescritas nas Diretrizes (salas, laboratórios e recursos); b) organização didático-pedagógicas (PPP/Letras); c) a interface com os estudos culturais com o intuito de preparar estudante da casa para formação continuada. A pesquisa é documental, referentes ao PPP do Curso de Letras atual e arquivos documentais do antigo currículo.

Palavras-Chave: Currículo. Interfaces. Interculturalidade.

Introdução: O tema “As interfaces do Currículo do Curso de Letras Vernáculas do Campus II frente aos estudos culturais: uma análise na perspectiva intercultural”, nasce de estudos e discussão sobre o Currículo do Curso de Letras da Universidade do Estado da Bahia-UNEB – Campus II – Alagoinhas-BA, nos encontros do Grupo de Estudos em Resiliência, Educação e Linguagem - GEREL.

Buscamos dialogar com alguns autores que fundamentam o currículo com base em estudos e pesquisas desde seu surgimento até

os dias atuais. Como contribuições do significado do Currículo pelo minidicionário Luft (2002), que o classifica tal como: o currículo é um substantivo masculino que significa curso; carreira; conjunto das matérias que fazem parte de um curso; conjunto de dados profissionais ou intelectuais de estudantes ou candidatos, ou folha com esses dados.

Ainda dentro da origem do currículo, existem aspectos fundamentais, bem como a origem da palavra “que vem do *latim*



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

currículum” que significa “pista de corrida”. É nessa corrida incessante que, “nos tornamos quem somos”, momento para pensar “identidade” e subjetividade” do ser, (SILVA, 2005, p.15).

De acordo com Silva (2005, p.11), o currículo passa por uma “análise social e cultural”, o que significa que está sempre sendo estudado e pesquisado, pois, suscita muitas indagações no campo das representações teóricas.

Justificativa: Mediante exposição das mudanças sofridas pelo currículo de Letras, esta pesquisa objetiva analisar três pontos básicos no currículo atual, a saber: a) as condições estruturais de oferta prescritas nas Diretrizes (salas, laboratórios e recursos); b) organização didático-pedagógicas (PPP/Letras); c) a interface com os estudos culturais com o intuito de preparar os estudante da casa para formação continuada.

Metodologia: A pesquisa é de caráter documental/bibliográfica, visto que utilizaremos como recurso de estudo e análise os documentos referentes ao Projeto Político Pedagógico do Curso de Letras atual, assim como recorreremos a arquivos documentais do antigo currículo, no intuito de estabelecer uma

metodologia contrastiva. Para isso, o Acervo Documental Iraci Gama será de grande utilidade para que possamos, caso seja possível, recuperar documentos antigos do curso de Letras que hoje se encontram em condições precárias de utilização.

Currículo: Segundo Macedo (2013, p.33-34), existem várias teorias de onde surgiu o Currículo, desde a Grécia Clássica, final do século XIX, até o início do século XX. Sacristán (2013, p. 16-17), contribui com a contextualização do conceito e da história do currículo e aponta vestígios do Currículo desde a Roma Antiga apresentando três definições do Currículo daquele período, o primeiro significava carreira: o segundo, controle no processo de ensino-aprendizagem e o terceiro, um “plano de estudos proposto e imposto aos professores pela escola”.

Ainda de acordo com Sacristán, na Idade Média o Currículo era composto pelas disciplinas de “Gramática, Retórica e Dialética”. Além dessas três disciplinas, haviam outras quatro que compunham as “disciplinas instrumentais”, são elas: Astronomia, Geometria, Aritmética e Música. Como salienta Sacristán (2013, p.17), as “sete artes” formaram, em princípio, o conhecimento de forma organizada que resistiu por “séculos nas universidades europeias”.



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

O que permitiu ao currículo estabelecer-se de forma organizada, ordeira, frente as expressões condizentes as estruturas da formação do currículo equilibrando fragmentos e seguimentos dos conteúdos em sua composição quanto instrumento social e cultural como revela Silva (2005, p.11). Ao afirmar que essa “teoria representa e espelha a realidade”, por essa razão durante centenas de anos não houve grandes mudanças no currículo escolar, só a partir do momento em que o currículo começa a passar pela “análise social e cultural” como explicita Silva.

O autor também afirma que “provavelmente o currículo aparece pela primeira vez como um objeto específico de estudo e pesquisa nos Estados Unidos dos anos vinte”, durante o processo de industrialização. O modelo de currículo criado nesse contexto, revela o quanto a criação deste objeto foi intencional. A priori foi só uma teoria experimental diante da conglomeração provocada pela imigração de massa.

No entanto, uma vez que houveram descobertas significativas no decorrer da “administração educacional”, o currículo deixa de ser um instrumento teórico-experimental para ser um instrumento real, “é visto como um processo de racionalização de resultados educacionais, cuidadosa e rigorosamente especificados e medidos”, (SILVA, 2005, p.12).

Quando falamos ou pensamos em Currículo, devemos levar em consideração a emancipação do sujeito. A emancipação que muitas vezes não ocorre durante a formação estudantil, e que, na maioria das discussões, são atribuídas as origens e intencionalidades do currículo.

De acordo com Silva, (2005, p.13), “o efeito final, de uma forma ou de outra, é que o currículo se torna um processo industrial e administrativo”, aspectos que apontam para a formação técnica, profissional para o mercado de trabalho, não necessariamente para uma formação cidadã, que impulsiona o sujeito para uma construção crítica do ser, emancipando-o.

Podemos perceber, a priori, que o currículo desde seus primórdios exerce a função de controle e conseqüentemente, de ordem. A partir do início do século XX, o conceito de currículo é forjado pelos Estados Unidos que dar-lhe “a feição de um artefato comprometido com os ideários científicos e administrativo do início do século”, (MACEDO, 2013, p.35).

É com essa feição que o currículo chegou aos nossos dias. O currículo vem passando por muitas mudanças nas últimas décadas no âmbito nacional, dentre as transformações pelas quais tem engendrado, estão, a social, cultural e intercultural, em consonância com as transformações globais e locais. Conceitos que posteriormente



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

trabalharemos em sua totalidade, por hora, vamos nos ater apenas a um dos conceitos, o de interculturalidade.

Interculturalidade: Segundo Catherine Walsh, esse conceito surge no Brasil durante os anos 90 do século XX, virou modismo durante algum tempo, “está presente nas políticas públicas e nas reformas educativas e constitucionais e é um eixo importante tanto na esfera nacional-institucional como no âmbito inter/transnacional” (WALSH, 2009, p.1).

No artigo *Interculturalidade crítica e educação intercultural*, que a autora discute interculturalidade, subdivide-o em três partes, que na nossa percepção, são categorias de discussão e análise. O que contribui significativamente para as pesquisas, análises e discussão do objeto em estudo, “as interfaces do Currículo do Curso de Letras da UNEB Campus II”.

A primeira perspectiva da interculturalidade baseia-se no campo *relacional*, que promove de forma simples o “intercambio entre culturas”, contextualizando-se “entre pessoas, práticas, saberes, valores e tradições culturais e distintas, as quais poderiam dar-se em condições de igualdade ou desigualdade”, características intrínsecas ao currículo observando-o como instrumento de controle.

A segunda é a *interculturalidade funcional*, imbricada “no reconhecimento da diversidade e diferenças culturais, visando a inclusão desta no interior da estrutura social estabelecida”, de acordo com Walsh acompanha o modelo neoliberal, pois, é indiferente as questões de desigualdades sociais e culturais. Estas são características de pertença a lógica do capitalismo global (WALSH, p. 2), em outras palavras, não importam-se com as mazelas sociais e culturais existentes, apenas mascaram-nas sem levantar questionamentos relevantes sobre tais desigualdades.

O terceiro aspecto ou perspectiva do multiculturalismo, é a *interculturalidade crítica*, que segundo a autora, não parte das questões de diversidades, mas da raiz do problema. São problemas arraigados, seja por meios de documentos que não correspondem a lógica do cotidiano das instituições escolares ou das demandas pré-existentes nas políticas desses espaços.

A abordagem sobre interculturalidade na educação, também é feita pelos autores Santiago, Akkari e Marques (2013, p.9), que discutem amplamente os aspectos da interculturalidade no Brasil. De acordo com os autores, a interculturalidade vai arborescer-se no País na década de 1980. Impulsionada e “influenciada pela transição democrática dos anos de 1980, que marcam o início da



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

visibilidade e do aumento da legitimidade da diversidade cultural no espaço público”.

Observa-se debates e embates políticos visando direitos de grupos sociais invisíveis ou quase invisíveis nas lutas empreendidas “nas arenas sociais”. Infelizmente, na atual conjuntura, estamos presenciando o retrocesso dos avanços conquistados durante as últimas décadas pelas minorias.

São conflitos existentes no Brasil, que nem mesmo a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 e a Constituição Federal Brasileira de 1988, dão conta de apaziguar. Os documentos são eficientes, temos uma das melhores constituições mundiais, porém, os representantes políticos que gestam nosso País, não velam por sua aplicabilidade, e, mesmo quando criam Emendas Constitucionais, estas também não dão conta, pois, quase tudo gira em torno dos conchavos políticos.

O Brasil é um dos Países do Continente Americano colonizado, foi palco de diversos tipos de explorações dos povos indígenas e africanos. Podemos citar algumas, tais como: exploração da mão de obra indígena, disseminação da cultura dos povos e dizimação; idem para os povos africanos submetidos ao regime escravocrata, que sofreram todo tipo de violência indetentária, religiosa, física e consequentemente, cultural.

Diante de tudo que ficou registrado na História, ainda falta muito para haver uma reparação de fato desses povos. Um dos fatores principais, está atrelado a educação, que surge lentamente no meio acadêmico e aos poucos vão adentrando os espaços escolares mediante as práticas pedagógicas.

A princípio, de forma folclórica, tanto na Educação Infantil, como no Ensino Fundamental e idem para o Ensino Médio, tais práticas pautam-se na “folclorização e à adoção de datas comemorativas”, a exemplo das festividades indígenas no mês de abril (19, dia do índio) e do Dia Nacional da Consciência Negra no mês de novembro (dia 20), em alguns Municípios já se constituiu sendo feriado, conforme Santiago, Akkari e Marques (2013, p.17).

No entanto, quando a discussão ganha escopo dentro das universidades, principalmente pública, começa de forma lenta, mas gradual, “um processo de descolonização do currículo escolar” (p. 17), movimento este, que, trata os fatos históricos com um outro olhar, engendrando de forma crítica a carga histórica que inferiorizam tais grupos.

Nos desafios que surgem em meio ao movimento crítico que perpassa o contexto educacional brasileiro, a interculturalidade, contribui de forma necessária e eficaz nas



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

discussões que conduz a uma reflexão intensa dos aspectos culturais arraigados nos panoramas políticos, econômicos, históricos, sociais e educacionais do País.

Dentro das categorias apontadas por Wash (2009, p. 2), da interculturalidade, relacional, funcional e crítica, a que confere a necessidade de mudança e propõe uma reflexão ampla do modo de pensar, é, a interculturalidade crítica, que vai dialogar com o passado, presente e futuro, fazendo uma ponte que subsidia os encontros e desencontros de nossa história.

Esta ponte, funciona como um eixo articulador que convergem e divergem de forma crítica para descolonizar as centralidades existentes historicamente e politicamente, por meio do exercício prático-educativo:

No que se refere à construção de práticas educativas orientadas por uma perspectiva intercultural, o trabalho requer que seja oferecido aos estudantes múltiplas situações que permitam compreender o mundo a partir de diferentes formas sócio-históricas que possibilitem a reflexão sobre seu próprio contexto e sobre outras realidades (SANTIAGO, AKKARI E MARQUES, 2013, p.27).

Estas outras realidades, vão se estruturando mediante a arborescência do diálogo que se estabelece entre os grupos distintos que desconstróem, reconstrói e ressignifica de forma criativa o conhecimento histórico-social que permeiam as experiências escolares, sejam através do diálogo, textos

literários, vídeos, filmes, músicas, peças teatrais, etc.

Para tanto, é necessário que o currículo escolar seja submetido a uma reorganização, reestruturação, adequando-se ao “planejamento escolar” (p. 27), visando trabalhar a diversidade de forma plural, que englobe aspectos da história e vidas dos sujeitos.

De uma forma dinâmica, resgatar o que ficou esquecido, empoderar-se da cultura, da linguagem, das múltiplas identidades que constituem os sujeitos enquanto seres humanos que sentem, falam, pensam, veem, escutam e se movem. As políticas públicas são fundamentais para tais mudanças, visto que:

[...] faz-se necessário articular as políticas públicas em educação como os processos de formação de professores, possibilitar a participação de forma decisória dos grupos sociais na elaboração e na implementação de políticas que objetive ampliar as perspectivas interculturais na educação e na sociedade. E, sobretudo, faz-se urgente pensar e construir a(s) proposta (s) intercultural (is) que desejamos para nossa realidade (SANTIAGO, AKKARI E MARQUES, 2013, p. 30).

Com base nos desejos para nossa realidade e pensando do ponto de vista acadêmico, foi o que nos inquietou a partir das discussões sobre alguns aspectos do Curso de Letras Vernáculas da Universidade do Estado da Bahia – UNEB – Campus II como salientamos anteriormente.



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

Currículo do Curso de Letras: A primeira proposta de currículo mínimo para os cursos de Letras foi aprovada em 1962, substituindo o denso currículo antigo que abrangia conjuntos de línguas e o grupo das Línguas Neolatinas. O novo currículo previa a modalidade de licenciatura dupla, além do oferecimento de matérias pedagógicas. Esse currículo mínimo vigorou por 34 anos até que em 1996 a LDB extinguiu a obrigatoriedade de currículos mínimos e, em seu lugar, surgiram as diretrizes curriculares.

Em 2001 são aprovadas as Diretrizes para o curso de Letras, determinando estruturas flexíveis para a composição do currículo, que deixa de ter como foco as disciplinas e passa a ser entendido como “todo e qualquer conjunto de atividades acadêmicas que integralizam um curso” (PAIVA, 2005).

Por outro lado o professor passa a ter duplo papel já que se espera que ele, além de se responsabilizar pelos conteúdos, tenha a função de orientador, influenciando na qualidade da formação do aluno.

Os aspectos envolvem, as condições estruturais de oferta prescritas nas Diretrizes (salas, laboratórios e recursos); a organização didático-pedagógicas (PPP/Letras) e a interface com os estudos culturais com o intuito de preparar estudante da casa para formação continuada.

Em 2002 a Resolução Nº 01 de 18/02 faz novos reajustes às Diretrizes colocando como pontos de abordagem dos cursos: o preparo para o uso de novas tecnologias para o fazer pedagógico; aprendizagem orientada pela ação-reflexão-ação; a pesquisa, com foco no processo de ensino e de aprendizagem; previsão de eixo articulador da formação; incentivo a flexibilidade e estágio curricular articulado com o restante do curso.

Podemos observar outras orientações contidas no documento que especificam outros aspectos:

Art. 2º A organização curricular de cada instituição observará, além do disposto nos artigos 12 e 13 da Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, outras formas de orientação inerentes à formação para a atividade docente, entre as quais o preparo para: I - o ensino visando à aprendizagem do aluno; II - o acolhimento e o trato da diversidade; III - o exercício de atividades de enriquecimento cultural; IV - o aprimoramento em práticas investigativas; V - a elaboração e a execução de projetos de desenvolvimento dos conteúdos curriculares; VI - o uso de tecnologias da informação e da comunicação e de metodologias, estratégias e materiais de apoio inovadores; VII - o desenvolvimento de hábitos de colaboração e de trabalho em equipe (RESOLUÇÃO, 2002, p. 1).

Observa-se o cumprimento de forma integral pela UNEB- Campus II do disposto na Resolução. Professores e alunos do Curso de Letras Vernáculas, tem desempenhado aulas, atividades, estágios, encontros, feiras, seminários, exposições e pesquisas, visando pôr em prática as orientações inerentes ao documento.



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

Nos espaços do Campus, a grosso

modo, observamos auditórios; salas refrigeradas e com números de cadeiras suficientes para os alunos; aparatos tecnológicos a disposição de professores e alunos; sala de informática com computadores; biblioteca e livraria.

A priori, o Curso de Letras conta com o apoio de salas, auditório e laboratórios do Programa de Pós-Graduação em Crítica Cultural/Pós-Crítica do Campus, tem sido feita parcerias entre Graduação e Mestrado para a realização de seminários, amostras de filmes, dentre outras atividades.

Vemos essa iniciativa, como estratégias inovadoras que agregam ao Curso de letras, visibilidade, reconhecimento e uma formação de qualidades para os futuros docentes. São qualidades múltiplas que permite uma boa articulação na prática e práxis pedagógica, tanto no decorrer da formação docente dentro dos muros da universidade, como na articulação desta práxis no ensino de base extramuros. Ao pensar na interculturalidade no cotidiano das atividades entre professores e alunos, percebemos que as relações se afirmam e a construção identitária se estabelece de forma gradual e constante.

As capacidades pessoais, o conhecimento, as habilidades se constituem na “formação de professores que atuarão nas

diferentes etapas e modalidades da educação básica” observando “princípios norteadores desse preparo para o exercício profissional específico”, de acordo com o Art. 3º da Resolução.

Resultados: A pesquisa que nos remete ao título “As interfaces do Currículo do Curso de Letras Vernáculas do Campus II frente aos estudos culturais: uma análise na perspectiva intercultural”, encontra-se em fase de desenvolvimento, integra aspectos da pesquisa para a dissertação de mestrado.

No decorrer das primeiras buscas dos documentos do Curso de Letras Vernáculas para a pesquisa, nos deparamos com algumas dificuldades para ter acesso a tais documentos, visto que, uma parte destes encontram-se fora da instituição sob a guarda de uma ex-professora da universidade, a outra, está em uma sala dentro da universidade, num estado de total abandono.

Existe uma funcionária responsável por tais documentos, no entanto, ainda não conseguimos disponibilidade da mesma para recuperarmos, fazer triagem e arquivá-los no Centro de Documentação Iraci Gama. O Centro a que nos referimos, é um dos quatro Laboratórios do Programa de Pós-Graduação em Crítica Cultural/Pós-Crítica da UNEB-Campus II.



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

Salientamos em nosso resumo, a consulta e estudos do Projeto Político Pedagógico – PPP do Curso de Letras em estudo, porém, infelizmente, não foi possível, visto que, uma funcionária do Colegiado do Curso nos informou que ainda não existe o documento, o que nos deixou preocupadas e apreensivas com tal situação.

O currículo do referido Curso, está passando por uma reformulação, não iremos adentrar nesse campo. Nosso foco, consiste em resgatar o máximo de documentos possíveis do Curso de Letras para análise do Currículo e fazer um resgate histórico da criação do mesmo. Percebemos que esta é uma tarefa árdua e que só está começando.

Considerações finais: O caminho a ser percorrido é longo, visto que escolhemos trabalhar com a metodologia documental/bibliográfica e com os aspectos qualitativos da pesquisa. São aspectos que requer leituras críticas dos documentos, das produções bibliográficas, que contextualizam as demandas dos âmbito social e cultural da academia.

Como salienta Samara (2010, p. 11), é um “acumulo de conhecimento” que se insere no processo da “realização do levantamento bibliográfico”. O conhecimento prévio, aponta para cada documento em pesquisa, as

mudanças em cada etapa. São estas partes que vão formando o todo e nos dando dimensão da proporção da pesquisa.

Nos deparamos com algumas dificuldades no resgate dos documentos do Curso de Letras. O que contribuiu para o não desfecho esperado para este trabalho. “O trabalho com fontes manuscritas”, de acordo com Bacellar (2018, p. 24), são agradáveis, mas infelizmente, as vezes nos deparamos com situações inusitadas, que nos fazem sentir impotentes diante do inesperado.

Referências Bibliográficas

BACELLAR, Carlos. **Fontes Históricas** / Carla Bassanezi Pinsky (organizadora). – 3. ed., 3ª reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2018.

BRASIL, RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 1, de 18 de Fevereiro de 2002.

MACEDO, Roberto Sidnei. **Currículo: campo, conceito e pesquisa** / Roberto Sidnei Macedo. – 6. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

_____. **Crhysallís, currículo e complexidade: a perspectiva crítico-multirreferencial e o currículo contemporâneo** / Roberto Sidnei Macedo. - Salvador: EDUFBA, 2002.

PAIVA, Vera Lúcia Menezes de Oliveira e. **O novo perfil dos cursos de licenciatura em letras** (FALE/UFMG, 2005).

SACRISTÁN, José Gimeno. **Saberes e incertezas do currículo**. Porto Alegre: Penso, 2013.



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte
e Nordeste de Estudos e Pesquisas
sobre Mulher e Relações de Gênero

SANTIAGO, Mylene Cristina. **Educação intercultural: desafios e possibilidades** / Mylene Cristina Santiago, Abdeljalil Akkari, Luciana Pacheco Marques. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

SAMARA, Eni de Mesquita. **História & Documentos e metodologia de pesquisa** / Eni de Mesquita Samara e Ismênia Spínola Silveira Truzzi Tupy . – 2. Ed. – Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil** / Dermeval Saviani. – 4. ed. – Campinas, SP: Autores Associados, 2013. - (Coleção memória da educação)

WALSH, Catherine. **Interculturalidade crítica e educação intercultural**. Este artigo é uma ampliação da exposição apresentada no *Seminário “Interculturalidad y Educación Intercultural”*, organizado pelo *Instituto Internacional de Integración del Convenio Andrés Bello*, La Paz, 9-11 de marzo de 2009.